

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

Submetido em: 8/2/2025

Aceito em: 12/4/2025

Publicado em: 2/1/2026

Marcelo Manoel de Sousa¹

Saraí Patricia Schmidt²

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2026.123.16955>

RESUMO

O currículo e a exclusão na escola pública, da sociedade de mercado, é um problema importante de ser colocado em pauta, pois ajuda a compreender como ocorre a discriminação institucionalizada das classes populares. Com interesse em aprofundar esse pressuposto, este estudo buscou desenvolver uma argumentação em torno do discurso neoliberalista em relação às práticas discursivas sobre educação. Para tanto, a investigação fundamentou-se nos argumentos de Bauman (2008; 2015), Hall (2016; 2019), Charaudeau (2005; 2016), Silva (1999; 2013; 2014; 2020), Gentili (2013; 2015), Torres Santomé (2003; 2013a; 2013b), Hooks (2019) e outros. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de tipo exploratória, descritiva e argumentativa, de natureza básica. O estudo utiliza-se do potencial do *circuito da cultura* na análise do objeto da pesquisa. Infere-se que a escola pública está envolvida no dilema do ensino

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI. Bom Jesus/PI, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3008-2871>

² Universidade Feevale. Novo Hamburgo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8795-3100>

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

dos saberes culturais em contraste com um currículo configurado nos termos da lógica de mercado, o que provoca exclusão das minorias pelo viés das práticas curriculares hegemônicas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Currículo. Exclusão. Circuito da Cultura.

CURRICULAR POLICY AND SOCIAL EXCLUSION IN THE CONTEXT OF MARKETING SOCIETY

ABSTRACT

The curriculum and exclusion in the public school of the consumer society is an important problem to be put on the agenda, because it helps to understand how institutionalized discrimination of majorities occurs. With an interest in deepening this knowledge, this study sought to develop an argument around the neoliberal discourse in relation to educational practices, within the public school. To this do so, the investigation was based on Bauman's arguments (2008, 2015); Hall (2016, 2019); Charaudeau (2005, 2016); Silva (1999, 2013, 2014, 2020); Gentili (2013, 2015); Torres Santomé (2003, 2013a, 2013b); Hooks (2019) and others. The research is of qualitative approach, exploratory, descriptive and argumentative, of an applied nature. The study has as corpus of discourse analysis the circuit of culture. It is inferred that the public school is involved in the dilemma of the teaching of cultural knowledge in contrast to a curriculum configured in terms of market logic, which causes exclusion of the majorities by the bias of hegemonic curricular practices.

Keywords: Neoliberalism. Curriculum. Exclusion. Circuit of Culture.

INTRODUÇÃO

As razões que motivaram problematizar o currículo e a exclusão das minorias na sociedade de mercado, encontram-se no cerne atual das pesquisas que vêm sendo feitas. Esse tema é cada vez mais apresentado como assunto de pesquisadores tanto no Brasil, quanto na Europa. A preocupação principal desse estudo é a focalização na escola, dos efeitos a que se pode chamar de neoliberalismo educacional, ou cultura de mercado, a qual tem exercido fortemente um controle sobre a escola atual em relação a sua lógica de consumo, eficiência, produtividade, neutralidade técnica e individualismo. Todos esses processos são discutidos para

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

em seguida apresentar-se a necessidade de outros valores, outra linguagem, e princípios orientados no sentido de uma sociedade cidadã de fato.

Neste contexto, houve o sentido pelo seguinte problema: o que pode revelar o discurso neoliberalista em relação às práticas educativas, no interior da escola pública? Ao se ter como hipótese de trabalho que o discurso neoliberalista, articulado com valores neoconservadores, pretende desmontar a escola pública e todas as conquistas politicamente adquiridas com seu apoio, provocando, assim, a catástrofe da exclusão em massa das minorias. Para tanto, considerou-se como objetivo desenvolver uma argumentação entorno do discurso neoliberalista no que se refere às práticas educativas, no interior da escola pública.

Com esse propósito em vista, utilizaram-se algumas categorias consideradas importantes, devido à natureza do estudo, com base nos argumentos de Bauman (2008; 2015), Hall (2016; 2019), Charaudeau (2005; 2016), Silva (1999; 2013; 2014; 2020), Gentili (2013; 2015), Torres Santomé (2003; 2013a; 2013b) e outros. A pesquisa é de tipo qualitativa de natureza básica.

Os resultados foram descritos e analisados a partir da divisão em seções. Na introdução, apresentaram-se os parâmetros gerais elementares que possibilitam uma visão básica da teoria e da metodologia empregada. Em seguida, abordou-se a polêmica atual que articula a instituição escolar aos ditames neoliberais. Logo adiante, houve um posicionamento em relação aos efeitos curriculares do neoliberalismo conservador na escola pública. Por fim que a escola pública está envolvida no dilema do ensino dos saberes culturais em contraste com um currículo configurado nos termos da lógica de mercado, assim estudantes são tratados como peça de um projeto de funcionarização a partir de uma formação tecnicista, com o objetivo de maior produtividade e manutenção de valores que fortalece atitudes individualistas, com identidade fixada para o consumo, além de servir como cliente em uma escola considerada mercado de prestabilidade, que pode ou não prestar um serviço de qualidade, a depender do grupo ao qual o sujeito pertence.

EDUCAÇÃO E AS INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS INSTITUÍDAS COMO POLÊMICA DE NOSSO TEMPO

Pensar educação das minorias, articulada com os conflitos inerentes dos tempos atuais, é algo que tem rendido esforços por parte de alguns teóricos e pesquisadores do campo educacional. A contextualização que aglutina em si problemas e respectivas soluções, quando o assunto é educação, tem mostrado como os processos neoliberais somados aos pressupostos neoconservadores se envolvem nessa teia que liga educação e política, além de suas consequências para a formação de específicos modos de subjetividade. Na atual cenografia em que os objetivos do capitalismo, que, ao transformar tudo e qualquer coisa em objeto de mercado/venda/compra, parece quase impossível argumentar a favor de um ponto de vista alternativo. Todavia, não é o caso de nos furtar dessa arena, principalmente em um dos territórios mais cobiçados e produtores de acalorados debates – a educação.

Ao tratar a educação como mercadoria e como objeto relacional, assim como a questão da qualidade no ensino, impõe-se considerar o que Popkewitz (2002) designa de epistemologia social. Esse conceito é observado também por Silva (2015) como possibilidade de produção e identificação das categorias importantes, que, em determinado momento histórico/social e cultural, são postas em prateleiras comerciais e vendidas como as melhores e mais funcionais para cada configuração social. Os processos ativos contemporâneos de organização econômico/sociais e culturais decantam antigos valores, a partir dessa noção repertorial que, reconstroem outros e produzem novas categorias, que modulam a forma como podemos conhecer, viver e tomar consciência de nós mesmos, no sentido que Larrosa (2002) desenvolve e nos chama atenção, ao lidarmos com nossa subjetividade e na construção enquanto seres histórico/culturais.

Nesse quadro de análise, tem se tornado fator importante compreender o que Charaudeau (2005) considera como processo de transformação do mundo e o que ele chama de processo de transação. Nesse sentido, orquestrar uma argumentação capaz de fazer interagir educação, neoliberalismo, neoconservadorismo, transformação, transação parece o empreendimento, ou mesmo um tipo de fórmula levada a efeito como sendo capaz de fazer produzir uma maneira específica de considerar os problemas/prognóstico econômico e

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

socio/culturais dos tempos e espaços contemporâneos. Esses processos ocorrem, mormente, no âmbito da política da pedagogia, e o que Silva (2015) considera como pedagogia da política.

São de fato dois processos que em franca interação fazem girar e produzir seus efeitos na arena educacional, por considerar como eixos motrizes aqueles elementos e suas respectivas conexões produtoras do tecido argumentativo, produtores e reprodutores determinantes de visões de mundo e toda a sorte de experienciar o próprio mundo e o outro. O problema colocado em voga arrola-se pelo mapa constituído do que se convencionou nominar de estratégias políticas do afeto e sensibilidade. Consideram-se, dessa maneira, os fatores que em suas imediações ancoram valores, princípios, sentidos de orientação, produtores de significado e motivação, os quais são efetivamente utilizados no âmbito da política e da mídia de massa. Observado assim, ao se retomar o conceito de pedagogia da política, urge buscar compreender como tem produzido e feito com que os indivíduos se apropriem de visões e modos específicos de vivenciar a realidade. Considera-se, para todo e qualquer efeito, a realidade nos termos colocados por Charaudeau (2016), como categoria histórico/linguisticamente construída. Essa realidade, ou modo de organização social, determinada em cada tempo histórico é o grande entrave problemático provocador de angústias e ininterrupto campo de força.

As relações de poder provocadas pela atual concepção de sociedade e suas respectivas demandas educacionais são, nesse interim, aquilo que mais provoca reformulados requerimentos teóricos metodológicos de parte a parte. De um ponto há os que veem as coisas, tendo como referências a corrente marxista e humanista/essencialista, de outro os pós-estruturalistas, que fazem uso e produzem saberes numa perspectiva considerada mais democrática, além de postularem outros tempos e espaços educacionais a partir de uma pós-crítica. O conceito de rasura desenvolvido por Hall (2013) faz-se pertinente nesse viés sócio/cultural. Assim, repertoriando o que se pode inferir das ideias neoliberais de um lado e a educação e exclusão daqueles grupos e sujeitos historicamente colocados à margem, pode-se entrever que, embora haja um interesse no apagamento da historicidade e das ações dos agentes sociais, ainda é possível, ou melhor, é preciso que existam outras formas que precisam ser construídas e produzidas na coletividade. Talvez se possa, um dia, experienciar uma sociedade democrática, justa e igualitária através desses possíveis esforços, sempre em coletivo.

O neoliberalismo em geral e sua refração na instituição escolar de modo particular, mas também seu encadeamento com as premissas do criticado neoconservadorismo, têm conseguido

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

deixar os professores pesquisadores em alerta. Suas consequências em conjunto, ao adentrar o mundo da escolarização provocam um efeito de desmonte do ensino das minorias. Sabe-se que o neoliberalismo é a noção que representa o campo de contestação do mercado e todos os processos do sistema capitalista, que Bauman (2008) considera como sociedade consumista, mercadológica e altamente aderente às tecnologias como modo de vida no que considera cybermercado, englobando todos e todas, no dizer de Bauman, em promotores e produtos simultaneamente de seu renovado discurso. Esses processos compreendem a educação como produto de privilégio e para que seja conseguida é preciso que pague para obtê-la no mercado comercial da livre concorrência.

Não é mais novidade que as novas lógicas, ou as lógicas utilizadas pelos processos liberais, como ponderado por Charlot (2013), já fazem parte do cotidiano das pessoas como algo vulgar. Mas entende-se que é preciso desnaturalizar esse ponto de vista, que se quer único e antealternativa. Tornar-se a melhor opção, o que há de mais refinado jeito de organização e institucional da cultura, nos termos em que entende Hall (2013), mapas de significados compartilhados, tem sido a luta de cada dia do neoliberalismo. Quando se enfatizam, logo, os princípios de neutralidade, eficiência, darwinismo social, racionalidade, individualidade, produz-se o famoso tecnicismo educacional.

Está documentado que o problema da qualidade total na educação, viabilizado pelos interesses neoliberalistas, observa a sociedade como um bloco monolítico experienciado pelos que pensam e projetam e por aqueles que fazem e obedecem (docilmente). É possível mesmo acrescentar que há uma elite que desconsidera propositalmente (ou de forma naturalizada) as complexas formas da dinâmica da vida em sociedade ou mesmo das interações culturais, além de um conjunto de grupos e indivíduos que permanecem produzindo novas arenas como mecanismo de construção e reconstrução da realidade, centralizados nos interesses das minorias. Desse modo, embora haja uma tendência a monolitizar a sociedade nos moldes mercadológicos, em que uns pensam no acúmulo, enquanto outros grupos importantes pretendem apresentar a cultura como dinâmica, isto é, que não pode ser resumida em simples mercadoria. Nesse sentido, a escola pública pode ser entendida como mercado, e o ensino como mercadoria para clientes que podem comprar. Excluindo assim um grande contingente.

A questão não é simples de ser colocada. Porém, no atual contexto da sociedade de consumo, a educação de qualidade tornou-se um produto raro, para os grupos socialmente

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

menos favorecidos, mas bastante acessível àquelas camadas que historicamente tiveram facilidade em reservar condições para tal garantia. O neoliberalismo, com seus interesses em diminuir cada vez mais o protagonismo estatal, principalmente no setor econômico, acaba por acirrar cada vez mais os conflitos entre interesses que poderiam ser de ordem democrática.

É preciso, nesse quadro, observar que o discurso da falta de qualidade na educação e o reconhecido argumento da qualidade total em educação não passam de retórica e de um modo particular de desprezo pela formação para a cidadania dos grupos e indivíduos postos em condições subalternizadas (Bauman, 2015; Gentili, 2013; Silva, 2015; Laval, 2019). Esses autores esclarecem que o problema da escola pública e seus processos de ensino e aprendizagem não podem ser formulados apenas se considerando o caráter técnico requerido para a função do trabalhador cultural, pois se faz relevante compreender a reorientação proferida pelo discurso neoliberalista dos princípios e categorias mais caros de uma verdadeira educação das minorias. A questão é mais grave e profunda, quando colocada no seio do argumento rasurado do liberalismo, o somatório e os interesses políticos da educação para a igualdade e justiça social.

Se a ideia chave é fazer com que o Estado intervenha o mínimo possível, tanto nas coisas públicas quanto nas privadas, ao mesmo tempo em que se pretende retomar valores tradicionais como aliados desses novos processos, resta à educação o status de mecanismo de manutenção dessa ordem. Sabe-se que a educação não opera sozinha, mas junto com outras dimensões que dão sustentação à base social e cultural a essa forma de sociedade. Todavia, uma das principais funções da educação, senão a principal, é, exatamente, na conjuntura que se está buscando delinear, promover de modo estrito instrução para o mercado de trabalho, mantendo um filão em espera. Dessa feita, observa-se que educar para o trabalho é um dos elementos atravessadores do currículo da instrução pública. A esse fator acrescenta um segundo, que é constituir um modo de educação tal que se desenvolvam em seus currículos os princípios e toda a maquinaria neoliberal e conservadora, como nova epistemologia social.

O mundo cultural neoliberalista, com suas categorias dominantes considera-se a forma que pode solucionar todos os problemas existentes na vida social, em particular as mazelas da educação. Porém, segundo Silva (2015), essa ideia tem provocado muito mais desigualdades que a promoção da igualdade e possibilidades de expressão política daqueles colocados em situação marginalizada. Por isso mesmo, para esse autor, é preciso não se iludir com os postulados neoliberais e confundi-los com aqueles que buscam travar processos democráticos

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

e de justiça sociais. Cabe compreender essa observação como uma chamada a que se busca produzir um idioma formador de outra epistemologia, novas formas de semantizar o mundo atual e seus contratos de comunicação escolar.

A luta pela hegemonia social e política, ao começar nas arenas discursivas, pretende refazer ou resemantizar a cultura, e esse é um dos pontos cruciais dos conflitos de interesses atuais. Esses grupos colocam-se em franca discussão sobre privilégios e legitimidade, e é, nesse debate, que se pode forjar uma nova gramática para fazer emergir novas categorias e posicionamentos produtores e transitores desses mesmos significados, com o intuito de induzir outras perspectivas no mundo da cultura e do senso comum, por meio das circunstâncias de discursos concretas. O problema diz Silva (2015) é que pode se tornar tarde demais para requerer a existência daquelas instâncias democráticas, em que a discussão e o debate poderiam ter espaço, como instrumento de decisão política em um clima de coletividade e cidadania.

Considerar novas relações culturais, outras conexões discursivas baseadas na convivialidade justa e igualitária requer outros currículos para a escola pública. Está claro, conforme assinalado por Bauman (2008), que a riqueza de poucos não beneficia a todos os grupos sociais, aqui, considera-se riqueza material e simbólica. É questão de posicionamento na escala de status social. Quanto mais a minoria mais rica do mundo aumenta seus ganhos e poder de barganha, menor é o poder de consumo dos grupos e indivíduos menos favorecidos na dinâmica do acúmulo de *renda*. Tendo isso em conta, o discurso neoliberalista, ao mitigar o poder regulamentador do Estado, chega a provocar piores resultados que já ocorrem com a ideologia do Estado mínimo e a liberdade da livre concorrência (Silva, 2015; Laval, 2019). Os empecilhos para que esse projeto não se configure como efetivamente realizado têm provocado cada vez mais o fortalecimento dessa arena.

A escola pública, como instrumento de luta para ser considerada como tal, precisa ser observada como espaço reconsiderado dentro da gramática que se vem argumentando, talvez assim, como sugere Gentili (2013), pode-se não ter que lhe dar adeus. As evidências consideradas pelos teóricos e pesquisadores do assunto consideram as pretensões liberalistas um problema sério para a educação cidadã em um contexto globalizado, por isso, considera-se que essa prática se encontra em um contexto em que “A política se torna, definitivamente, substituída pela gerência” (Silva, 1999, p. 7). Isso explica porque os aspectos da formação identitária individual e social dos indivíduos se encontram em processos acelerados de

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

desumanização. As pessoas nesse gerenciamento são vistas como objetos produtores de outros objetos que podem ser enfileirados para o consumo mercadológico. Como diria Bauman, sempre prontos a ser descartáveis, essa é a essência da sociedade atual.

Retomando a ideia anterior de que a escola instrui para o mercado de trabalho com limitadas vagas de emprego, e que, além disso, serve como lugar de se aprender que os valores de competição, racionalidade instrumental, busca por poder e regalias individuais é a melhor forma de vida, como poderia ser um currículo capaz de se mostrar alternativo a esse *oceano* da lógica neoliberalista que a tudo pretende inundar e transformar em mercado e mercadoria e mesmo sucumbir o campo da política aos ditames do gerenciamento? Como sugerido por alguns pesquisadores (Silva, 1999; 2015, Torres Santomé, 2003, Gentili, 2015, Laval, 2019), a retórica neoliberalista é apenas uma possibilidade como qualquer outra de pensar a realidade, então, ainda há muito que fazer no campo educacional, não como mercado, mas como espaço público de debate e produção de novos saberes/fazer.

UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO DAS MINORIAS MAJORITÁRIAS

Ao se recorrer aos argumentos de que as minorias majoritárias, ao adentrarem as escolas públicas têm seus processos de socialização e respectiva formação comprometidos, constata-se que esse prejuízo ocorre devido aos processos limitantes a que são expostas pelas classes de maior aquisição na esfera de poder. Faz parte do jogo de gerenciamento, como se colocou, manter as classes menos favorecidas em situação subalterna. Não há espaço para todos e todas no mundo dos privilégios e respectivos méritos. Nesse contexto, um currículo das minorias delas e para elas precisa ser produzido no lastro daquela ideia de ressemantização das relações sociais atuais e circulação de novos valores. Consequentemente, comunicar essas novas categorias em processos estratégicos de transição para os demais. Os professores, como trabalhadores culturais, têm esse importante papel, além de possibilitarem uma memória histórica em uma situação que pretende apagar da população a capacidade de se tomar de assalto em armadilhas politicamente semantizadas.

Um currículo para as minorias precisa colaborar na construção de identidades de indivíduos formados por “[...] conhecimentos, procedimentos, habilidades e valores que cada pessoa aprende, desenvolve e põe em funcionamento para compreender, avaliar e intervir no mundo” (Torres Santomé, 2013b, p. 79). Segundo esse autor, se esses conteúdos servem como

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

estratégias para discriminar alguém podem ser considerados como participante de um sistema educacional injusto. Os insumos trabalhados em Educação para formar indivíduos e grupos, nesse sentido, podem ser utilizados como parâmetros que podem ser alterados desde que se mostrem de teor discriminatório, em suas linguagens, rituais, procedimentos, atitudes e valores transmitidos. O problema da infantilização dos alunos das classes populares encontra respaldo nesse modo de ver o sistema educacional atual e a organização curricular. Para tanto, a justiça curricular, no contexto do neoliberalismo educacional, exige promover a inclusão, a valorização das pessoas e culturas de grupos marginalizados.

Decidir sobre alternativas curriculares, em contraste com as premissas que se vem descrevendo e argumentando, impõe determinar o que Torres Santomé (2013a) considera como *currículo antimarginalização*. Essa noção curricular pretende reconhecer as culturas e valorizar as pessoas em suas características e identidades. Já são bastante criticados os modos de organização e procedimentos curriculares que se apresentam como produtores de mais exclusão, isso ocorre devido ao vazio escolar das representações e às maneiras próprias de expressão cultural da comunidade local, e ainda mais amplo, no interior das escolas. Negar o conhecimento produzido pelos grupos é atrair o fracasso escolar, precarizar mais ainda o ensino em favor de valores e promoção de pressupostos para o consumo. Nesse sentido, um currículo desmarginalizante considera princípios democráticos e meios políticos legitimadores das pessoas e suas culturas.

Em oposição a essa perspectiva encontra-se o que o mesmo autor designa de *currículo turista*. Essa forma de observar o currículo pressupõe que o sistema educacional tem enfatizado mais circunstâncias de ensino e aprendizagem de desvalorização e manutenção das relações sociais atuais que buscado orientar estudos provedores de formação para a cidadania e inclusão social das minorias, isso no dizer de Gentili (2013). Parece óbvio, mas não o é. Segundo Sacristán (2013), o currículo é um artefato cultural que está sempre envolvido em processos dinâmicos de modificação, por isso que o denominado currículo turista não pode ser aquele “recheio” de escolarização requerida de uma sociedade justa, democrática e de valores igualitários e amplo espaço de exercício da cidadania. Além desses fatores, para que se desvirtue de uma pedagogia da exclusão (Gentili, 2013) e se encontre em uma pedagogia crítica e libertadora (Torres Santomé, 2013a), parece necessário identificar práticas excludentes de modo geral e apagamento da diversidade pelo uso do currículo turístico.

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

As características de um currículo turista são (a) *trivialização*, quando se estuda, com superficialidade, grupos diferentes dos majoritários; (b) *souvenir*, ao enfatizar o dado exótico em pequena quantidade; (c) *desconectar*, no currículo em ação, o estudo do pluralismo existente no cotidiano dentro e fora da sala de aula; (d) *estereotipagem* ocorre ao distorcer imagens e condições das pessoas em situação subalterna. O sujeito vive em situação miserável porque é preguiçoso, esse menino não aprende, não tem educação ou cultura, nisso envolve a questão dos camponeses, dos negros, ciganos, favelados, deficientes, mulheres e todas as outras minorias marginalizadas; (e) *tergiversação* curricular recai em práticas conscientes ou não da ocultação da história e origem dos grupos marginalizados, por recorrer a modos perversos de discursos xenofóbicos e de exclusão. Portanto, naturaliza situações que precisam ser colocadas em termos de análise e promoção da igualdade social.

Com todo o efeito, essas categorias distorcidas no âmbito da prática educativa curricular podem, por sua vez, ser pensadas como estratégias próprias do neoliberalismo cultural atuante no âmbito escolar. De um ponto de vista pedagógico, quando um aluno não consegue assimilar o conhecimento e saberes propostos pelo currículo escolar, isso não quer dizer que não teria condições para isso caso tivesse participado de processos legítimos e próprios da prática escolar. Nesse sentido, o educando que apresenta dificuldades de aprendizagem falta-lhe muito mais *coisas* que o discurso da preguiça intelectual pressupõe.

Desse modo, considera-se que os alunos dos grupos marginalizados são estimulados, desde muito cedo, para o mundo da produção eficiente do mercado (Laval, 2019). Assim, ao observar essa perspectiva, como poderia, de fato, apresentar-se na escola básica um currículo desmarginalizante, aquele proposto por Torres Santomé? Atualmente experiencia-se, no espaço escolar, o conflito entre a lógica de mercado e a lógica cultural e política do saber escolar. Embora se considere o neoliberalismo educacional, a maneira hegemônica do saber escolar atual, os autores analisados concordam que o saber escolar *stricto sensu* ainda atua mesmo com precárias condições, isto é, a ideologia neoliberal e neoconservadora do currículo ainda não exerce seu poder absolutamente sem contestações. Como se observou antes, há grupos que se colocam como obstáculos à efetivação total do neoliberalismo nas práticas educacionais curriculares.

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

METODOLOGIA

No recorte proposto foi aventado como horizonte procedimental a análise de discurso proposta por Charaudeau (2016). E o circuito da cultura proposta por Hall (2016), como produção e circulação de sentidos culturais. Algumas categorias mobilizadas pela idiossincrasia do estudo se fizeram necessárias. Observando dessa perspectiva, se considerou o conceito de transformação semântica do mundo cultural, transação de sentidos culturais, circulação de significados e sentidos produzidos no circuito da cultura. Neoliberalismo como processo engajado no apagamento do Estado-nação. Neoconservadorismo como volta aos valores tradicionais de status quo. Educação democrática e currículo antidiscriminação.

Considerando essas categorias, entre outras, buscou-se entrelaçar argumentos e uma análise da cultura produzida no interior da escola, como espaço de ensino e aprendizagem cultural. Porém, absorvendo a noção de que a aprendizagem se dá nos mais variados espaços – no ensino formal, não formal e informal. Dessa maneira, se pretendeu aliar a política neoliberal a processos de exclusão cultural e material. Essa articulação, necessária, é exposta a seguir, como forma de analisar processos de produção e circulação da cultura curricular da escola pública, mostrando assim possibilidades de novas virtualidades focalizando a valorização do saber em todas suas formas de produção, nomeadamente, escolar.

UMA FORMA DE ANÁLISE DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO CURRICULAR DA CULTURA

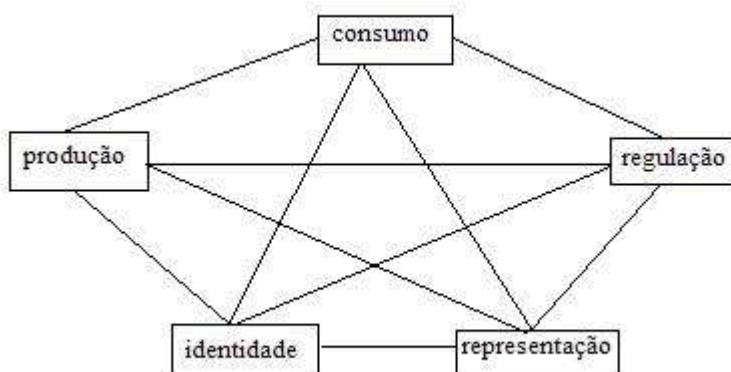
A compreensão do sentido da cultura escolar e sua forma de ser nas práticas sociais podem ser consideradas, sobremaneira, pré-requisito importante na análise desse dualismo existente da arena educacional. Como a escola se constrói? Por que se apresentam cada vez mais problemas de alunos e alunas com imagens de quem não aprende o currículo, seja no ensino básico, seja no superior? Considera-se para efeito dos argumentos expostos até agora, que o foco das contribuições aqui é direcionado para a Educação Básica, mas que podem ser aqui e ali interpretáveis no mundo do ensino superior, dos bacharelados e das licenciaturas. Feita essa observação, precisa-se, no âmbito desse percurso de análise da situação escolar atual, considerar o que Hall (2016) argumenta sobre *o circuito da cultura*. Para os propósitos deste estudo, faz-se pertinente mostrar como a escola produz e é produzida por uma cultura particular, mas que também ela é atravessada, constantemente, por diversas epistemologias sociais no dizer

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

de Popkewitz, ou jogos de linguagens, ou mesmo objetos culturais, na tradução de Hall. Todas essas formas culturais entranhadas na escola são, por vezes, o produto das divergências entre culturalistas e economistas curriculares da escola pública.

O circuito da cultura representa cinco etapas fundamentais instituintes na construção do sentido. No caso, o que importa é o sentido da escola e da aprendizagem de sua cultura específica. Cabe, pois, questionar se a escola tem uma cultura específica? Como se aprende essa cultura? Talvez o circuito da imagem 1 possa mostrar alguma clareza sobre essas questões. É importante considerar que os processos encadeados no circuito precisam ser considerados em sua dinâmica própria, não necessitando, portanto, iniciar a análise produtiva e redistributiva do sentido cultural em determinado processo.

Imagem 1 – O circuito da cultura



Fonte: Rogério Santos (2013)

A cultura escolar, representada pelos saberes e fazeres, organizada no currículo, pode ser considerada o cerne elementar da formação das *identidades* que os processos de ensino/aprendizagens buscam efetivar na prática social. Esses conteúdos e métodos estão, todavia, sendo colocados em questão, desde a década de 1960 de forma mais específica. Em artigo intitulado *Teorias pedagógicas emergentes e predominantes no Brasil: um enfoque histórico-crítico na formação de professores*, Sousa (2018) faz um estudo global das teorias educacionais e tendências pedagógicas no Brasil, ele afirma que há uma predominância da

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

reconhecida pedagogia de viés neoliberal nas práticas escolares da Educação Básica. A representação dessa análise da lógica neoliberal expõe que a Pedagogia Tradicional (1549-1932) centrava todo o destino escolar de formas e conteúdos na figura do mestre, em um autoritarismo discrepante subsumido nas relações do sujeito da educação. O foco é mudado do ponto de vista da Pedagogia da Escola Nova (1932-1969), por se inferir que essa formulação enfatizou o papel do educando, ao lhe dar maior autonomia na relação pedagógica. Outra perspectiva focalizada foi exatamente a pedagogia tecnicista ou produtivista considerada produto da lógica neoliberal e conservadora da educação e que engajada no currículo pretende formar uma massa cada vez maior e contínua para abastecer o mercado de serviço e a eficiência do emprego. Esse objetivo ficou evidente ao se atentar que há um imperativo dos *meios técnicos* nas atividades da escola, em detrimento dos sujeitos do processo ensino/aprendizagem.

O tríptico representado acima, como fundadores do modo de pensar e praticar educação em vigor apresenta-se como modelos produtores de identidades distorcidas. A identidade, por sua complexidade e interesse atual das várias correntes dos estudos sociais e humanos, tem sido bastante estudada. Hall (2019) considera que essa categoria cultural tem sido representada atualmente como descentrada, no dizer de Silva (2013) como uma perspectiva mais social e menos cartesiana. A forma como a identidade é representada depende do modo como se entende a construção do sentido, no âmbito da *representação* mediada pela linguagem. Segundo Hall (2016), a linguagem serve-se de signos e símbolos na *produção* de objetos culturais, encarregados de circular significados e sentidos que nunca são únicos e fixos. Dessa maneira, para que uma identidade particular se apresente como hegemônica, reprimem-se diferentes alternativas (Woodward, 2014), abafando-as, ou no dizer de Torres Santomé (2013a), marginalizando-as.

A representação de outra identidade que não emperra no consumismo propalado pela sociedade de mercado (Laval, 2019), ou sociedade de consumo (Bauman, 2008), precisa ser produzida e repartida, ao se tornar meio *regulador* de novas subjetividades, uma cultura mais aberta e menos opressora, ou mesmo outra epistemologia social. Dessa forma, ao se criar um novo idioma que tem o poder de rasurar as categorias vigentes de pensamento, sentimento e ação neoliberalista, outra representação, outros sentidos produzidos em processos de significação, talvez, possa-se tornar a sociedade mais democrática, justa e igualitária, além de uma sociedade cidadã, bastante esperada. Uma das novidades mais prementes do discurso

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

pedagógico, nas pesquisas atuais, é tratar sobre o tema de adeus à escola pública. O fortalecimento de uma nova gramática, forjada a partir de processos democráticos efetivos e não abstratos, é possível para que esse tipo de argumento torne-se obsoleto. Considera-se que a escola pública e seu currículo são um instrumento público de luta contra toda e qualquer discriminação social e política, que tem um sentido sempre adiado e não se encaixa em esquemas fixos de currículo único e estagnado na forma única e exclusiva de um trabalhador eficiente instruído ao vício da lógica de mercado. Por isso mesmo, vale a pena continuar nessa arena, por outra cultura escolar de modo específico e social, de modo mais amplo.

Essa nova identidade cultural e social ao ser produzida, representada e mediada por outra forma de regulação das práticas sociais, pode se transformar em alternativa à forma de *consumo* dos valores e atitudes de mercado. A produção e a circulação de outra cultura escolar ao ser interpretada assim, permite pensar a formação através de uma pedagogia da diferença (Silva, 2013; 2014; 2020), ou uma educação democrática (Hooks, 2019). Para essa autora, é preciso que educadores democráticos e progressistas estimulem seus alunos e alunas de modo para que não se tornem presas fáceis do regimento que segue a lógica neoliberal. Pois, muitos alunos e alunas ao adentrarem a escola podem ter suas expectativas frustradas devido à oferta de uma cultura diferente da que se acredita como importante para o seu desenvolvimento cultural. Sendo assim, é que o fracasso escolar ganha dimensões catastróficas; a cultura de mercado, que busca valorizar os princípios de consumo, eficiência, excelência e produtividade capitalista só pode mesmo fazer fracassar aqueles grupos historicamente postos à margem como resíduos sociais. Por vezes, tais preceitos fazem acreditar ou naturalizar a necessidade de ir à escola somente para adquirir notas.

A prática corrente de alunos e alunas irem à escola sem motivação ou alegria de conhecer e ampliar seu arcabouço cultural, além das denúncias de Hooks apontadas acima, outros autores (Charlot, 2013; Laval, 2019) igualmente referem-se a essa mesma situação de descalabro escolar. Se a escola se associar, ou se mantiver imbuída de valores e retórica mercadológica, ao fazer uso de um idioma de mercado e mecânico para fortalecer os ideais de consumo e uma seita ideológica tecnicista, só pode retirar de seus educandos a emoção e o interesse em conhecer sobre si, o outro e sobre o mundo que os rodeia. Enquanto a linguagem da economia política e educacional neoliberal se mantiver reguladora do discurso pedagógico

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

da escola pública, conserva-se ao mesmo tempo em que corrobora com epistemologias estranhas à formação humana e cidadã.

Quando Hall (2016) ressalta que *o sentido* só pode ser compartilhado em uma comunidade que tem uma mesma linguagem, isso precisa ser observado com cautela a partir da forma de se trabalhar a cultura dentro da sala de aula. Qual é o léxico utilizado pela escola atual? Há uma preocupação nos valores e princípios estabelecidos como prioridade a serem transitados pela escola pública atual, ou é um discurso neoliberalista com sua linguagem operante? Na escola, há um idioma inteligível que corresponde à capacidade de tradução dos vários grupos de alunos e alunas na comunidade escolar? O que Hooks (2019) diz sobre uma educação desinteressada pode ser uma alternativa a partir de um novo sentido a ser dado pela escola democrática e que preza por um currículo plural marcando o respeito à diversidade, mas também à diferença. Agora mais que nunca os sujeitos sociais e culturais precisam exercitar a auto-interpretação a partir do interesse em transformar em si o modo de discurso que lhes provocou a construção hegemônica de consumo. Segundo Larrosa (2002, p. 41), “O homem é, sem dúvida, um animal que se auto-interpreta”. Nesse corolário precisam se reconstruir, por meio de novos sentidos, representações e linguagem que deem sentido ao sentimento de pertencer a uma coletividade e a um lugar de cidadania efetiva, de igualdade e justiça social – começar por outra epistemologia social, outras categorias, outro idioma, outras práticas e currículo das minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a problemática do currículo e a exclusão das minorias no contexto da sociedade mercadológica, há muito que fazer, se o objetivo for retirar, das garras do neoliberalismo, a escola pública e tudo o que ela representa para os grupos e indivíduos sociais. O currículo atuante da escola encontra-se enviesado e subsumido ao regime de exceção da ideologia econômica educacional. A sociedade de consumo que alinha os sujeitos em sua totalidade em uma única categoria – consumidor, não obstante, na escola pode ser considerado consumidor ou cliente no interior dos processos de oferta e demanda. São exatamente essas notas, que estão circulando na comunidade escolar especificamente e na sociedade como um todo.

POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA

Ao levar em conta o estado atual dos valores e princípios básicos dessa sociedade, esta pesquisa buscou revelar a necessidade de uma nova epistemologia social, outras categorias produzidas pelo que se denominou de transformação e transação que serviram como possibilidade de reconfiguração e produção de outras categorias, outras formas alternativas ao modelo de formatação social vigente. Outras contribuições importantes que podem ser aglutinadas a essas formulações são os processos contidos no circuito da cultura, desenvolvidos no interior dos Estudos Culturais e que podem ser observados como poderosa ferramenta de análise e promoção de outras maneiras de compreender a cultura da escola, seu currículo e formas de transição de seus objetivos. Essas duas contribuições advindas da semiótica podem ajudar a compreender melhor a dinâmica escolar e auxiliar no entendimento da forma perversa de como a sociedade se encontra semantizada. O que se destaca é uma escola sem sentido e dualista, que está emaranhada na dística cultura escolar versus mercado de trabalho.

Dito isso, os professores escolares, mas também educadores sociais, enquanto trabalhadores culturais podem empreender novas pesquisas e análises para ampliar seu conhecimento e compreensão do currículo e dos problemas de exclusão que a escola contemporânea enfrenta. Esses estudos podem começar pelo uso sistemático das ferramentas pós-estruturalistas relacionando sociedade de consumo ou mercado articulado ao currículo e exclusão social, cultural e política das minorias; talvez assim possa surgir uma nova epistemologia social, focada na coletividade, na solidariedade e na cidadania efetiva.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* – 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

**POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA**

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

GENTILI, Pablo. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. GENTILI, P.A.A; SILVA, T.T. da (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. – 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 111-178.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In. GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. – 19. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 215-238.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. Educação democrática. In. CÁSSIO, F. (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019. p. 199-208.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In. SILVA, Tomaz. T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p. 173-210.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In. SILVA, Tomaz. T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p. 173-210.

ROGÉRIO SANTOS (15 de maio de 2013). *Circuito de Cultura*. INDÚSTRIAS CULTURAIS. Recuperado em 21 de janeiro de 2025 de <https://doi.org/1058079/qbuo> Disponível em: <<https://industrias-culturais.hypotheses.org/24284>> Acesso em: 21 jan. 2025.

SACRISTÁN, José G. O que significa o currículo. In. SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. – Porto Alegre/RS: Penso, 2013. p. 16-35.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *A educação em tempos de neoliberalismo*. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In. SILVA, T. T. da. *Alienígenas na sala de aula* (Org.). – 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a. 155-172.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. Currículo, justiça e inclusão. In. SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. – Porto Alegre/RS: Penso, 2013b. p. 71-86.

**POLÍTICA CURRICULAR E EXCLUSÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DA SOCIEDADE MERCADOLÓGICA**

SILVA, Tomaz T. da. A escola cidadã no contexto da globalização: uma introdução. *In*. SILVA, Luiz H. *A escola cidadã no contexto da globalização*. – 3. ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 7-10.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença *In*: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, Tomaz T. da. Currículo e identidade social: Territórios contestados. *In*. SILVA, T. T. da. *Alienígenas na sala de aula* (Org.). – 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 185-201

SILVA, Tomaz T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. – 3ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SOUSA, M. M. Teorias pedagógicas emergentes e predominantes no Brasil: um enfoque histórico-crítico na formação de professores. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, 15(4), 118–127 (2018). Disponível em: <http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2522> Acesso em: 23 fev. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz T. da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

Financiamento: Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Autor correspondente:

Marcelo Manoel de Sousa

Universidade Federal do Piauí – UFPI

BR 135, km 3 - Planalto Horizonte, Bom Jesus/PI, Brasil. CEP 64900-000

mmsponto@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

